

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.364.443	1.339.382
1.01	Ativo Circulante	125.119	73.152
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	70.038	19.802
1.01.03	Contas a Receber	47.384	43.537
1.01.03.01	Clientes	47.384	43.537
1.01.03.01.01	Contas a Receber	3.258	1.676
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	44.126	41.861
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.249	3.067
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.249	3.067
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.451	2.764
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.451	2.764
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.997	3.982
1.01.08.03	Outros	3.997	3.982
1.01.08.03.03	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	3.297	3.297
1.01.08.03.04	Outros Créditos	700	685
1.02	Ativo Não Circulante	1.239.324	1.266.230
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	120.867	113.859
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	106	105
1.02.01.01.03	Conta Reserva	106	105
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	25	0
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	25	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	120.736	113.754
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	1.845	1.745
1.02.01.09.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	118.891	112.009
1.02.03	Imobilizado	63.894	66.812
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	55.164	58.754
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	8.730	8.058
1.02.04	Intangível	1.054.563	1.085.559
1.02.04.01	Intangíveis	1.054.563	1.085.559

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.364.443	1.339.382
2.01	Passivo Circulante	328.972	276.894
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.751	9.402
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.138	1.157
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.613	8.245
2.01.02	Fornecedores	14.811	17.757
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.708	17.621
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	103	136
2.01.03	Obrigações Fiscais	39.587	37.441
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35.983	33.759
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	29.675	27.612
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	6.308	6.147
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.604	3.682
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	3.604	3.682
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	225.805	182.466
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	304	798
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	304	798
2.01.04.02	Debêntures	225.501	181.668
2.01.05	Outras Obrigações	13.639	11.588
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.336	2.602
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.336	2.602
2.01.05.02	Outros	10.303	8.986
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	2.086	2.092
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	8.217	6.894
2.01.06	Provisões	26.379	18.240
2.01.06.02	Outras Provisões	26.379	18.240
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	26.379	18.240
2.02	Passivo Não Circulante	708.362	822.999
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	571.136	680.393
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	413	548
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	413	548
2.02.01.02	Debêntures	570.723	679.845
2.02.01.02.01	Debêntures	570.723	679.845
2.02.02	Outras Obrigações	10.045	9.920
2.02.02.02	Outros	10.045	9.920
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.724	1.724
2.02.02.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	6.619	6.862
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	1.702	1.334
2.02.03	Tributos Diferidos	61.920	61.056
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	61.920	61.056
2.02.04	Provisões	65.261	71.630
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	56.093	57.551
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos Trabalhistas e Cíveis	2.662	2.338
2.02.04.01.07	Impostos e Contribuições Parcelados	53.431	55.213
2.02.04.02	Outras Provisões	9.168	14.079
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	9.168	14.079

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03	Patrimônio Líquido	327.109	239.489
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	57.084	97.084
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	29.096	69.096
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	127.620	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	204.501	397.217	186.729	370.161
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-71.595	-139.340	-67.990	-129.819
3.02.01	Custo de Construção	-8.842	-13.854	-7.949	-12.224
3.02.02	Provisão de Manutenção	-2.843	-5.368	-2.148	-4.019
3.02.03	Depreciação e Amortização	-19.566	-37.411	-17.691	-33.696
3.02.04	Custo da Outorga	-16.114	-31.958	-15.268	-30.541
3.02.05	Serviços	-8.692	-21.914	-10.460	-21.265
3.02.06	Custo com Pessoal	-8.315	-16.475	-8.590	-16.334
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-1.888	-3.731	-2.207	-4.036
3.02.09	Outros	-5.335	-8.629	-3.677	-7.704
3.03	Resultado Bruto	132.906	257.877	118.739	240.342
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.731	-31.571	-17.309	-31.178
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.803	-31.643	-17.434	-31.310
3.04.02.01	Serviços	-6.567	-12.487	-6.374	-12.699
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-3.907	-7.588	-3.616	-6.614
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-3.711	-7.284	-3.280	-6.240
3.04.02.04	Materiais Equipamentos e Veículos	-425	-652	-401	-642
3.04.02.05	Outros	-2.193	-3.632	-3.763	-5.115
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	139	139	125	132
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-67	-67	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	116.175	226.306	101.430	209.164
3.06	Resultado Financeiro	-16.098	-33.186	-25.116	-45.512
3.06.01	Receitas Financeiras	1.409	2.147	4.442	5.755
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.507	-35.333	-29.558	-51.267
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	100.077	193.120	76.314	163.652
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-33.692	-65.500	-25.885	-55.753
3.08.01	Corrente	-32.355	-64.636	-23.643	-51.306
3.08.02	Diferido	-1.337	-864	-2.242	-4.447

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	66.385	127.620	50.429	107.899
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	66.385	127.620	50.429	107.899
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00452	0,00870	0,00344	0,00735
3.99.01.02	PN	0,00498	0,00957	0,00378	0,00809

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	66.385	127.620	50.429	107.899
4.03	Resultado Abrangente do Período	66.385	127.620	50.429	107.899

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	203.979	207.733
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	215.015	208.571
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	127.620	107.899
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	864	4.447
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas relacionadas à Concessão	1.648	1.648
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	44.999	40.310
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	72	72
6.01.01.07	Juros e Variação Monetária s/ Debêntures, Financiamentos e Arrendamento Mercantil	31.560	47.794
6.01.01.08	Constituição (Reversão) e Juros s/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	324	334
6.01.01.09	Constituição (Reversão) da Provisão de Devedores Duvidosos	182	-56
6.01.01.10	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	5.368	4.018
6.01.01.11	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	1.986	1.896
6.01.01.12	Juros s/ Impostos Parcelados	1.573	2.467
6.01.01.13	Capitalização de Custos de Empréstimos	-1.181	-2.258
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.036	-838
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.764	-132
6.01.02.02	Partes Relacionadas	-2.265	-11.989
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	818	-493
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	-8.530	-8.040
6.01.02.05	Outras Despesas Antecipadas	1.288	1.130
6.01.02.06	Outras Contas a Receber	-116	298
6.01.02.07	Fornecedores	-2.946	-7.339
6.01.02.08	Partes Relacionadas	734	2.554
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-651	139
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Provisão para Impostos de Renda e Contribuição Social	-1.209	1.924
6.01.02.12	Realização de Provisão de Manutenção	-4.126	-8.382
6.01.02.13	Obrigações com Poder Concedente	6.040	10.437
6.01.02.15	Obrigações para Entrega Futura - Partes relacionadas	0	14.513
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	1.691	4.542
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-16.265	-26.114
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-2.797	-15.197
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-13.468	-10.917
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-137.478	-147.143
6.03.01	Financiamentos, Arrend. Mercantil e Debêntures (Captações)	0	753.058
6.03.02	Financiamentos, Arrend. Mercantil e Debêntures (Pagamento de Principal)	-66.188	-614.754
6.03.03	Financiamentos, Arrend. Mercantil e Debêntures (Pagamento de Juros)	-31.290	-48.898
6.03.05	Dividendos Pagos	-40.000	-236.549
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	50.236	34.476
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.802	12.950

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	70.038	47.426

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	97.084	0	0	239.489
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	97.084	0	0	239.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-40.000	0	0	-40.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-40.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	127.620	0	127.620
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	127.620	0	0
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	57.084	127.620	0	327.109

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	264.502	0	0	406.942
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	264.502	0	0	406.942
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-236.549	0	0	-236.549
5.04.06	Dividendos	0	0	-236.549	0	0	-236.549
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	107.899	0	107.899
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	107.899	0	107.899
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	27.953	107.899	0	278.292

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	433.317	404.030
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	427.673	398.911
7.01.02	Outras Receitas	5.644	5.119
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-69.156	-66.731
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-33.517	-32.176
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.417	-18.312
7.02.04	Outros	-19.222	-16.243
7.02.04.01	Provisão de Manutenção	-5.368	-4.019
7.02.04.02	Custos de Construção	-13.854	-12.224
7.03	Valor Adicionado Bruto	364.161	337.299
7.04	Retenções	-44.999	-40.310
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.999	-40.310
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	319.162	296.989
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.147	5.755
7.06.02	Receitas Financeiras	2.147	5.755
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	321.309	302.744
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	321.309	302.744
7.08.01	Pessoal	20.766	19.867
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.600	14.058
7.08.01.02	Benefícios	4.964	4.636
7.08.01.03	F.G.T.S.	828	762
7.08.01.04	Outros	374	411
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	105.076	93.231
7.08.02.01	Federais	83.994	73.534
7.08.02.02	Estaduais	109	118
7.08.02.03	Municipais	20.973	19.579
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	67.847	81.747
7.08.03.01	Juros	35.164	50.499
7.08.03.02	Aluguéis	725	707
7.08.03.03	Outras	31.958	30.541
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	127.620	107.899
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	127.620	107.899

Comentário do Desempenho

Informações Trimestrais Comentários Sobre o Desempenho - 2º trimestre 2013

As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 2T13.

Principais Destaques

- A Receita Líquida Operacional alcançou R\$ 195,7 milhões (+9,5%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 119,8 milhões (+14,9%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 143,3 milhões (+14,1%);
- O Lucro Líquido atingiu R\$ 66,4 milhões (+31,7%).

Indicadores [R\$ MM]	2ºT13	2ºT12	Var.%
Receita Líquida Operacional (*)	195,7	178,8	+ 9,5
EBIT Ajustado	119,8	104,3	+14,9
<i>Margem EBIT</i> Ajustada	61,2	58,3	+2,9 p.p.
EBITDA Ajustado	143,3	125,6	+14,1
<i>Margem EBITDA</i> Ajustada	73,2	70,2	+3,0 p.p.
Lucro Líquido	66,4	50,4	+31,7

(*) Receita líquida operacional é a soma da receita de pedágio, a receita acessória e as deduções da receita, não englobando as receitas de construção.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid.²	2º T13	2º T12	Var.%
Veículos Equivalentes	29.890.047	28.405.665	+5,2
Veículos Leves (Eq)	16.365.796	15.821.462	+3,4
Veículos Pesados (Eq)	13.524.251	12.584.204	+7,5

1 - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Comentário do Desempenho

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foram dobrados para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (+5,2%)

O Tráfego consolidado do 2T13 cresceu 5,2% em relação ao 2T12, influenciado pelo efeito calendário de 1,1% devido à mobilidade do feriado de Páscoa, que este ano realizou-se em Março e em 2012 foi em Abril.

Tráfego de Passeio (+3,4%)

Com aumento de 3,4% sobre o 2T12, esse trimestre mostra um efeito calendário de -0,4% (*Feriado de Páscoa e dias úteis*) na movimentação dos veículos de passeio, com destaque para as viagens de longa distância.

Tráfego Comerciais (+7,5%)

A movimentação de veículos comerciais no 2T13 foi de 7,5% maior em comparação ao mesmo trimestre de 2012, com efeito calendário de 3,1% (*Feriado de Páscoa e dias úteis*). Este resultado foi impactado pela movimentação recorde de soja no Porto de Santos no mês de maio de 2013 e pela recuperação no volume de importação/exportação dos municípios limieiros no período.

1. Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme contrato de Concessão, a Companhia reajustou, em Julho de 2012, as suas tarifas básicas de pedágio em 4,26%, conforme variação acumulada do Índice Geral de Preços e Mercado (IGP-M) de maio de 2011 a maio de 2012.

Conforme as notícias vinculadas pela imprensa nos últimos dias, o Governo do Estado de São Paulo decidiu que não vai repassar aos usuários de rodovias os reajustes de tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme os contratos de concessão em vigor. De fato, na referida data, o reajuste previsto não foi aplicado às tarifas de pedágio. O Governo de São Paulo reiterou que os contratos de concessão serão respeitados, por meio de adequados reequilíbrios da receita. A Companhia aguarda o detalhamento, por parte do Governo do Estado de São Paulo, sobre como será feito o aludido reequilíbrio.

Dessa forma, a Companhia entende que, mais uma vez, o Estado de São Paulo reitera o seu respeito aos princípios do macro regulatório do Programa Estadual de Concessão de Rodovias,

Comentário do Desempenho

reafirmando a parceria do Estado com a iniciativa privada. A Companhia reforça o seu compromisso com o País, além de seu histórico de parceria com o Governo Estadual em prol do desenvolvimento econômico e social das regiões nas quais atua, contribuindo com investimento em infraestrutura e eficiência na prestação de serviços.

2. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita Bruta Operacional [R\$ mil]	2º T13	2º T12	Var.%
Receita de Pedágio	211.089	193.166	+9,3
Receitas Acessórias	2.916	2.649	+10,1
Receita Bruta Total	214.005	195.815	+9,3

Receita de Construção

Receita Bruta de Construção [R\$ mil]	2º T13	2º T12	Var.%
Total	8.842	7.949	+11,2

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Companhia deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Concessão. Para a Companhia, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os valores de investimentos da Companhia acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste trimestre as principais obras realizadas na Rodovia Presidente Castelo Branco – SP 280 foram: Implantação de faixa adicional entre o Km 25 e Km 26 Pista Leste, Remodelação do PGF Km 74 e Dispositivo de Retorno Km 64+500. Já na rodovia Raposo Tavares – SP 270 a obra em destaque é a Implantação de Marginais entre os Km 92 e Km 106 Pistas Leste e Oeste. Tais obras visam o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez.

Receita Líquida Operacional

A Receita Líquida Operacional do 2T13 obteve um crescimento nominal de 9,5% em relação ao 2T12, impactadas pelo reajuste da tarifa de pedágio (+4,26%) e pelo crescimento do tráfego de veículos de passeio (+3,4%).

Comentário do Desempenho

As deduções, incidentes sobre a Receita Operacional Bruta, correspondem ao recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 8,65%, aumentaram em 9,5% no 2T13, em relação ao 2T12, reflexo do aumento da receita bruta operacional.

Custos e Despesas Totais (*)

Custos e Despesas [R\$ mil]	2º T13	2º T12	Var.%
Custo de Construção	8.842	7.949	+11,2
Provisão de Manutenção	2.843	2.148	+32,4
Depreciação e Amortização	23.473	21.307	+10,2
Custo da Outorga	16.114	15.268	+5,5
Serviços de Terceiros	15.259	16.834	-9,4
Custo com pessoal	12.026	11.870	+1,3
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.313	2.608	-11,3
Outros	7.528	7.440	+1,2
Custos e Despesas Totais	88.398	85.424	+3,5

(*) Soma de Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos e Despesas/Receitas Operacionais, excluindo as Outras Receitas Operacionais.

O custo total da Companhia aumentou R\$ 2.974 mil no 2T13 ante o mesmo período de 2012. Esta alteração é reflexo direto do Cronograma de Investimentos em Custo de Construção, Provisão de Manutenção e depreciação/amortização, além do Custo da Outorga, sendo:

Custo de Construção: O aumento de 11,2% no 2T13 em relação ao 2T12 é reflexo dos investimentos na Rodovia Presidente Castelo Branco, como a implantação de faixa adicional entre o Km 25 e Km 26 Pista Leste, Remodelação do PGF Km 74 e Dispositivo de Retorno Km 64+500. Já na rodovia Raposo Tavares – SP 270 a obra em destaque é a Implantação de Marginais entre os Km 92 e Km 106 Pistas Leste e Oeste. Tais obras visam o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez.

Provisão de Manutenção: Neste trimestre houve um aumento de 32,4%, em comparação com o 2T12, refletindo a provisão dos custos futuros com as manutenções e recuperações do pavimento.

Comentário do Desempenho

Depreciação e Amortização: Este item refere-se à transferência do ativo em andamento para o ativo definitivo, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

Custo da Outorga: Estes custos são impactados pelo crescimento da outorga variável, proporcional ao crescimento da receita de pedágio neste período, bem como, o reajuste da outorga fixa, tal qual ocorre concomitantemente às tarifas básicas de pedágio.

Serviços de Terceiros: Item composto por despesas com prestadores de serviços e custos diretos, sendo este último referente aos valores envolvidos na conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros, que no 2T13 somaram R\$4.002 mil ante R\$1.938 mil do 2T12, justificada pelo escopo da conservação especial da rodovia.

Custos com Pessoal: Despesas totais com mão de obra direta, que no 2T13 aumentou 1,3% em relação ao 2T12, refletindo o impactado principalmente pelo dissídio da categoria (+5,5%) que ocorre no mês de abril de cada ano.

Outros: Os custos do 2T13 foi 1,2% maior em relação ao 2T12, impactado principalmente pelo registro contábil da liquidação de franquia (R\$1,4 Mil) no ressarcimento de seguros.

EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	2º T13	2º T12	Var.%
Lucro Líquido	66,4	50,4	+31,7
(+) IR/CS	33,7	25,9	+30,1
(+) Resultado Financeiro Líquido	16,1	25,1	-35,9
(+) Depreciação e Amortização	23,5	21,3	+10,3
EBITDA (a)	139,7	122,7	+13,9
Margem EBITDA (a)	68,3	65,7	+2,6 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0
(+) Provisão de manutenção (c)	2,8	2,1	+33,3
EBITDA Ajustado	143,3	125,6	+14,1
Margem EBITDA Ajustada (d)	73,2	70,2	+3,0 p.p.

Comentário do Desempenho

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	2º T13	2º T12	Var.%
Lucro Líquido	66,4	50,4	+31,7
(+) IR/CS	33,7	25,9	+30,1
(+) Resultado Financeiro Líquido	16,1	25,1	-35,9
EBIT (a)	116,2	101,4	+14,6
Margem EBIT (a)	56,8	54,3	+2,5 p.p
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0
(+) Provisão de manutenção (c)	2,8	2,1	+33,3
EBIT Ajustado	119,8	104,3	+14,9
Margem EBIT Ajustada (d)	61,2	58,3	+2,9 p.p.

- (a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.
- (b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois trata-se de item não caixa das demonstrações financeiras.
- (c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois trata-se de item não caixa das demonstrações financeiras.
- (d) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	2º T13	2º T12	Var.%
Despesas Financeiras	17,5	29,5	-40,7
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	16,3	28,7	-41,4
Taxas, Comissões e Outros	0,2	0,8	-75,0
Ajuste a VP da Provisão de Manut.	1,0	0,9	11,1
Receitas Financeiras	1,4	4,4	-68,2
Resultado Financeiro Líquido	16,1	25,1	-35,9

O item de Despesas Financeiras no 2T13 está 40,7% inferior quando comparado ao 2T12, em razão do cronograma de amortização das dívidas da Companhia, ocorridas durante os últimos 12 meses.

3. Investimentos

A Companhia tem investido em melhorias na segurança da rodovia do Sistema Castello Raposo, assim como na recuperação de pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários do sistema, rodovias de melhor qualidade.

Comentário do Desempenho

4. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	2º T13	2º T12	Var.%
Total de acidentes	884	746	+18,5
Total de vítimas	584	566	+3,2

A Companhia registrou um aumento no número de acidentes e vítimas, influenciados pelo aumento natural do volume de tráfego do 2T13 em relação ao 2T12.

5. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Com relação aos projetos socioculturais e esportivos, foram realizados os seguintes Projetos nos municípios do entorno das rodovias administradas pela Companhia:

- *Estrada para Cidadania*: Conjunto de ações de caráter educacional que visa consolidar conceitos de Educação para o Trânsito, Cidadania e Meio Ambiente, realizado em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, para os alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental, em 17 cidades no entorno das rodovias administradas pela Companhia.

- *Estrada para Saúde*: Instalado na área de descanso do km 57 da Rodovia Castelo Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, exames de tipagem sanguínea + fator Rh, glicemia, colesterol, triglicérides e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo, massagem bioenergética. A área de descanso, com lavanderia, chuveiros, e um amplo estacionamento para 50 carretas.

- *Pintura Solidária*: Oficinas de pintura, voltadas para instituições em geral (APAE, hospitais, creches, abrigos, etc), tendo como objetivo a inclusão cultural e a ampliação do acesso a cultura, promovendo a igualdade e a dignidade para todos. Seis municípios são atendidos, sendo 01 (uma) instituição beneficiadas em cada cidade.

Comentário do Desempenho

- *Fundação Tênis*: A Fundação Tênis é um programa educacional esportivo, com linha pedagógica na educação olímpica e desenvolve os valores de amizade, respeito e excelência. O projeto é realizado em escolas do município de Santana de Parnaíba.

- *Eprocad*: Projeto que visa a formação de crianças e adolescentes, com o objetivo de desenvolver suas potencialidades por meio do trinômio: Esporte, Educação e Cidadania. Oferece aos jovens uma nova experiência esportiva relacionada ao futebol “uma nova visão de jogo”, possibilitando o desenvolvimento gradual da consciência cidadã, da visão crítica, da atuação participativa, da iniciativa, do espírito de equipe e da disciplina. O projeto acontece em sede própria instalada no município de Santana de Parnaíba.

- *Karatequinha*: O projeto tem por objetivo, proporcionar às crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar, esporte, disciplina, ética e autocontrole, por meio do Karatê visando a formação do caráter de crianças e adolescentes na cidade de São Roque. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional, através de parcerias com instituições de ensino. Também são oferecidos pelo projeto, aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, vídeo-game, etc.) aos participantes que apresentam ótimo desempenho escolar.

- *Teatro Mãos Dadas*: Visa promover conceitos de cidadania, principalmente com foco nas relevantes questões de segurança rodoviária (cinto de segurança, travessia segura, pipas sem cerol), por meio de peças de teatro apresentadas voluntariamente por colaboradores da Companhia, para crianças de 05 a 09 anos de escolas públicas, creches, orfanatos e comunidades. Apresentações realizadas nas cidades de Cotia e Carapicuíba, sendo 2 escolas em cada cidade.

6. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Companhia aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2013

Os saldos apresentados em Reais nesta ITR foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº. 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço da sede é na Rua São João, nº. 30, bairro Centro e na cidade de Araçariçuama, no estado de São Paulo. A controladora final da Companhia é a CCR S.A.

Neste trimestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Entre o fim do último exercício e o trimestre corrente, não ocorreram alterações substanciais no andamento dos processos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, exceto os divulgados abaixo:

(i) Procedimento administrativo

Em fevereiro de 2012 foi recebida pela Companhia, solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 12/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo está suspenso até que sejam fornecidos documentos necessários para a elaboração da manifestação da Companhia.

(ii) Reajuste de tarifa de pedágio

Conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação de seu impacto, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos

Notas Explicativas

eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o Secretário Estadual de Logística e Transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013. Outras deliberações ainda deverão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

A Administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão e mantém a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Em 07 de agosto de 2013 foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITR.

3. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Notas Explicativas

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	2.471	3.152
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>67.567</u>	<u>16.650</u>
	<u>70.038</u>	<u>19.802</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 100,30% do CDI, equivalente a 7,18% ao ano (8,31% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

7. Contas a receber

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico	1.582	1.259
Receitas acessórias	630	490
Pedágio - evasão (b)	1.214	-
Outros	<u>88</u>	<u>1</u>
	3.514	1.750
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	<u>(256)</u>	<u>(74)</u>
	<u>3.258</u>	<u>1.676</u>

O quadro a seguir resume os saldos à receber por vencimento

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Créditos a vencer	3.174	1.528
Créditos vencidos até 60 dias	71	138
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	13	10
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	113	33
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	112	31
Créditos em atraso há mais de 360 dias	<u>31</u>	<u>10</u>
	<u>3.514</u>	<u>1.750</u>

- (a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PLCD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;
- (b) Refere-se a créditos por evasão de veículos nas praças de pedágio cujos saldos não recuperados são reconhecidos como perdas no resultado somente após seis meses da sua ocorrência.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	100.077	193.120	76.314	163.652
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(34.026)	(65.661)	(25.946)	(55.641)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Provisão para participação nos resultados (PLR)	41	(120)	(43)	(220)
Despesas com brindes e associações de classe	(144)	(197)	(164)	(164)
Despesas indedutíveis	(46)	(27)	-	-
Incentivo relativo ao imposto de renda	483	505	283	283
Credito nota paulista	-	-	(15)	(11)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(33.692)</u>	<u>(65.500)</u>	<u>(25.885)</u>	<u>(55.753)</u>
Impostos correntes	(32.355)	(64.636)	(23.643)	(51.306)
Impostos diferidos	<u>(1.337)</u>	<u>(864)</u>	<u>(2.242)</u>	<u>(4.447)</u>
	<u>(33.692)</u>	<u>(65.500)</u>	<u>(25.885)</u>	<u>(55.753)</u>
Alíquota efetiva de impostos	34%	34%	34%	34%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	30/06/2013	31/12/2012
Bases ativas		
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	24.784	24.424
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	17.662	18.352
Constituição da Provisão de manutenção (c)	12.086	10.989
Provisão para participação nos resultados (PLR)	362	656
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	905	795
Custo de transação na emissão de títulos	243	188
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	87	25
Provisão para despesa com taxa de manutenção de TAG'S	279	271
Outros	1.281	675
	57.689	56.375
Bases passivas		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(87.313)	(85.114)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(18.367)	(18.746)
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	(12.969)	(12.779)
Outros	(960)	(792)
	(119.609)	(117.431)
Passivo fiscal diferido líquido	(61.920)	(61.056)

(a) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei nº 11.638/07;

(b) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei nº 11.638/07;

Notas Explicativas

- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b” conforme práticas contábeis – Lei nº 11.638/07;
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei nº 11.638/07;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis – Lei nº 11.638/07;
- (f) Diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão - ágio, nos termos das práticas contábeis – Lei nº 11.638/07.

9. Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão

	<u>Início da concessão (1)</u>					
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>				
Circulante	<u>3.297</u>	<u>3.297</u>				

	<u>Início da concessão (1)</u>		<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Não Circulante	<u>28.025</u>	<u>29.673</u>	<u>90.866</u>	<u>82.336</u>	<u>118.891</u>	<u>112.009</u>

- (1) Pagamentos antecipados no início da concessão ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.
- (2) Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa na Companhia, cujo respectivo prazo de encerramento da concessão foi estendido (de março de 2018 para dezembro de 2022) sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Transações		Saldos		
	Receitas	Serviços Prestados	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores	Contas a pagar
Controladora					
CCR S.A. - Divisão Actua (a)	-	5.519	1	871	-
Outras partes relacionadas					
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (b)	-	-	44.115	-	-
Samm - Fibra Óptica (c)	920	-	-	1.374	-
CPC - Divisão Engelog (d)	-	6.722	4	1.072	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (e)	-	-	6	19	-
Total circulante, 30 de junho de 2013	920	12.241	44.126	3.336	-
Total, 30 de junho de 2013	920	12.241	44.126	3.336	-
Total, 31 de dezembro de 2012			41.861	2.585	17
Total, 30 de junho de 2012	314	12.809			

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Remuneração dos administradores (f)	541	946

Despesas com profissionais chave da administração

	30/06/2013	30/06/2012
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	737	581
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	448	1.042
Previdência privada	19	13
Seguro de vida	3	2
	1.207	1.638

- (a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- (b) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do sistema Sem Parar, as quais serão repassadas à Companhia no mês subsequente;
- (c) Contrato para entrega futura de fibra óptica;
- (d) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e

Notas Explicativas

- (f) Contempla valor total à pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração: Conselho de Administração (somente remuneração fixa) e Diretoria.

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	30/06/2013			31/12/2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	4.067	(2.092)	1.975	3.924	(1.909)	2.015
Máquinas e equipamentos	12	34.421	(19.105)	15.316	33.896	(17.546)	16.350
Veículos	20	9.848	(6.275)	3.573	10.146	(6.072)	4.074
Instalações e edificações	5	2.130	(1.970)	160	2.130	(1.952)	178
Sistemas operacionais	16	77.890	(43.750)	34.140	75.929	(39.792)	36.137
Imobilizado em andamento	-	8.730	-	8.730	8.058	-	8.058
		<u>137.086</u>	<u>(73.192)</u>	<u>63.894</u>	<u>134.083</u>	<u>(67.271)</u>	<u>66.812</u>

Movimentação do custo

	31/12/2012		30/06/2013		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	Custo
Móveis e utensílios	3.924	5	(1)	139	4.067
Máquinas e equipamentos	33.896	3	(6)	528	34.421
Veículos	10.146	-	(298)	-	9.848
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Sistemas operacionais	75.929	-	-	1.961	77.890
Imobilizado em andamento	8.058	3.432	-	(2.760)	8.730
	<u>134.083</u>	<u>3.440</u>	<u>(305)</u>	<u>(132)</u>	<u>137.086</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>			
Movimento em 2012	111.008	16.531	(45)	(1.214)	126.280

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 643 no semestre findo em 30 de junho de 2013 (R\$ 1.335 em 30 de junho de 2012).

Notas Explicativas

Movimentação da depreciação

	31/12/2012	30/06/2013		
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Móveis e utensílios	(1.909)	(183)	-	(2.092)
Máquinas e equipamentos	(17.546)	(1.561)	2	(19.105)
Veículos	(6.072)	(434)	231	(6.275)
Instalações e edificações	(1.952)	(18)	-	(1.970)
Sistemas operacionais	(39.792)	(3.958)	-	(43.750)
	(67.271)	(6.154)	233	(73.192)
	31/12/2011	30/06/2012		
Movimento em 2012	(57.522)	(4.041)	35	(61.528)

12. Ativos Intangíveis

	Taxa anual de amortização %	30/06/2013			31/12/2012		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(*)	1.224.005	(343.730)	880.275	1.216.288	(311.928)	904.360
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	9.664	(5.543)	4.121	9.532	(4.984)	4.548
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.352	(989)	363	1.352	(904)	448
Direito da concessão - ágio (c)	(*)	251.709	(81.905)	169.804	251.709	(75.506)	176.203
		1.486.730	(432.167)	1.054.563	1.478.881	(393.322)	1.085.559

(*) Amortização pela curva do benefício econômico.

Movimentação do custo

	31/12/2012	30/06/2013				
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	Ressarcimento de obras (**)	Custo
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	1.216.288	14.006	-	-	(6.289)	1.224.005
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.532	-	-	132	-	9.664
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.352	-	-	-	-	1.352
Direito da concessão - ágio (c)	251.709	-	-	-	-	251.709
	1.478.881	14.006	-	132	(6.289)	1.486.730
	31/12/2011	30/06/2012				
Movimento em 2012	1.471.784	11.840	(80)	1.214	(11.536)	1.473.222

Movimentação da amortização

	31/12/2012	30/06/2013		
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(311.928)	(31.802)	-	(343.730)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.984)	(559)	-	(5.543)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(904)	(85)	-	(989)
Direito da concessão - ágio (c)	(75.506)	(6.399)	-	(81.905)
	(393.322)	(38.845)	-	(432.167)
	31/12/2011	30/06/2012		
Movimento em 2012	(318.626)	(36.269)	18	(354.877)

Notas Explicativas

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(**) Refere-se ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas pela Companhia, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20.

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Do montante de R\$ 1.224.005, em 30 de junho de 2013, R\$ 32.119 referem-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário.
- (c) Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 538 no semestre findo em 30 de junho de 2013 (R\$ 923 em 30 de junho de 2012). A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 0,76% ao mês durante o período de 30 de junho de 2013 (em média 0,69% ao mês durante o período de 30 de junho de 2012).

13. Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Em moeda nacional	Taxas Contratuais		30/06/2013	31/12/2012
	(% a.a.)	Vencimentos		
HSBC Bank Brasil S.A. (Finame)	7,70% a.a.	Agosto de 2013	17	93 (a)
Alfa S.A. (Finame)	7,00% a.a.	Maio de 2015	84	107 (a)
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a.a.	Julho de 2017	478	530 (c)
Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5%	Setembro de 2013	20	447 (b)
Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	1,2321% a.m.	Julho de 2014	118	169 (a)
Total			<u>717</u>	<u>1.346</u>
Total circulante			<u>304</u>	<u>798</u>
Total não circulante			<u>413</u>	<u>548</u>

Garantias

- (a) Bens financiados;
- (b) Aval do acionista controlador;
- (c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2013</u>
2014	92
2015	135
2016	117
2017	69
	<u>413</u>

Notas Explicativas

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

Neste trimestre não houve a contratação de novas operações ou liquidações de operações anteriores.

14. Debêntures

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimentos	30/06/2013	31/12/2012
3a. Emissão Série Única	110,5% do CDI	0,2200% (a)	880	(151)	Fevereiro de 2015	87.866	109.843 (b)
4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1718% (a)	3.828	(2.475)	Maio de 2017	708.358	751.670 (b)
Total				(2.626)		796.224	861.513
Debêntures						226.690	183.026
Custo de transação						(1.189)	(1.358)
Total circulante						225.501	181.668
Debêntures						572.160	681.846
Custo de transação						(1.437)	(2.001)
Total não circulante						570.723	679.845

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (b) Não existem garantias.

As condições, garantias e restrições pactuados não foram alterados e vêm sendo cumpridas regularmente. Neste trimestre não houve a contratação de novas operações ou liquidações de operações anteriores.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2013</u>
2014	109.686
2015	197.772
2016	176.472
2017	88.230
	<u>572.160</u>

Notas Explicativas

15. Obrigações fiscais

a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRPJ e CSLL	26.547	24.287
ISS	3.604	3.682
COFINS	2.100	2.125
Outras	1.028	1200
	<u>33.279</u>	<u>31.294</u>

b. Impostos e contribuições parceladas

	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>			
	Saldo Inicial	Adições	Realização	Transferências	Total
Circulante	6.147	163	(3.194)	3.192	6.308
Não circulante	55.213	1.410	-	(3.192)	53.431
Total	<u>61.360</u>	<u>1.573</u>	<u>(3.194)</u>	<u>-</u>	<u>59.739</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>			
	Saldo Inicial	Adições	Realização	Transferências	Total
Circulante	5.734	233	(3.010)	3.010	5.967
Não circulante	57.472	2.233	-	(3.010)	56.695
Total	<u>63.206</u>	<u>2.466</u>	<u>(3.010)</u>	<u>-</u>	<u>62.662</u>

Os impostos parcelados, referente à IRPJ, CSLL e INSS, por meio da Lei nº 11.941/09, começaram a ser pagos a partir de junho de 2011, de acordo com o processo de consolidação da Receita Federal do Brasil, ocorrido em 17 de junho de 2011, em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizados mensalmente com base na taxa Selic.

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

Notas Explicativas

	<u>31/12/2012</u>		<u>30/06/2013</u>		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Provisão de Juros	Saldo final
Não circulante					
Cíveis e administrativos	950	231	-	117	1.298
Trabalhistas e previdenciárias	1.388	-	(24)	-	1.364
	<u>2.338</u>	<u>231</u>	<u>(24)</u>	<u>117</u>	<u>2.662</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>			
Movimento em 2012	<u>2.181</u>	<u>790</u>	<u>(587)</u>	<u>131</u>	<u>2.515</u>

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Cíveis e Administrativo	13.755	12.452
Trabalhistas	3.646	3.000
	<u>17.401</u>	<u>15.452</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 850 para os processos em andamento (R\$ 850 em 31/12/2012).

17. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2012</u>		<u>30/06/2013</u>			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo Final
Circulante	18.240	1.730	932	(4.126)	9.603	26.379
Não circulante	14.079	3.638	1.054	-	(9.603)	9.168
Total	<u>32.319</u>	<u>5.368</u>	<u>1.986</u>	<u>(4.126)</u>	<u>-</u>	<u>35.547</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>				
Circulante	11.572	1.702	709	(8.382)	5.729	11.330
Não circulante	17.832	2.316	1.187	-	(5.729)	15.606
Total	<u>29.404</u>	<u>4.018</u>	<u>1.896</u>	<u>(8.382)</u>	<u>-</u>	<u>26.936</u>

As taxas para cálculo do ajuste a valor presente para os projetos com início de provisão até 2009, 2010, 2011 e 2012 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a. e 8,20% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

Notas Explicativas

18. Patrimônio Líquido

a. Dividendos

Em 29 de abril de 2013, a companhia realizou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 40.000 correspondentes a R\$ 0,00272570 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 0,00299827 por lote de mil ações preferenciais à conta de parte do saldo da reserva de retenção de lucros de 2012.

b. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

Lucro por ação - básico e diluído	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Numerador				
Lucro líquido disponível	66.385	127.620	50.429	107.899
Denominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação - básico e diluído	0,00452	0,00870	0,00344	0,00735
Lucro por ação - básico e diluído	0,00498	0,00957	0,00378	0,00809

19. Receitas

	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Receitas de pedágio	211.089	413.819	193.166	386.687
Receitas de construção (ICPC 01)	8.842	13.854	7.949	12.224
Receitas acessórias	2.916	5.644	2.649	5.119
Receita Bruta	222.847	433.317	203.764	404.030
Impostos sobre receitas	(18.538)	(36.299)	(16.930)	(33.869)
Devoluções e abatimentos	192	199	(105)	-
Deduções das receitas brutas	(18.346)	(36.100)	(17.035)	(33.869)
Receita Líquida	204.501	397.217	186.729	370.161

Notas Explicativas

20. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	(16.269)	(31.560)	(24.969)	(43.686)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(2.788)	(4.257)
Juros sobre impostos parcelados	(804)	(1.573)	(1.147)	(2.467)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(954)	(1.986)	(930)	(1.896)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(129)	(1.395)	(188)	(529)
Variação monetária sobre obrigações com o poder concedente	-	-	(63)	(63)
Capitalização de custos dos empréstimos	649	1.181	1.154	2.258
IOF	-	-	(627)	(627)
	<u>(17.507)</u>	<u>(35.333)</u>	<u>(29.558)</u>	<u>(51.267)</u>
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.294	1.939	2.449	3.489
Variação monetária sobre debêntures	-	-	41	149
Juros e outras receitas financeiras	115	208	1.952	2.117
	<u>1.409</u>	<u>2.147</u>	<u>4.442</u>	<u>5.755</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(16.098)</u>	<u>(33.186)</u>	<u>(25.116)</u>	<u>(45.512)</u>

21. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia conforme o quadro a seguir:

	30/06/2013			31/12/2012		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos						
Aplicações financeiras	67.567	-	-	16.650	-	-
Conta reserva	106	-	-	105	-	-
Contas a receber de clientes	-	3.258	-	-	1.676	-
Contas a receber partes relacionadas	-	44.126	-	-	41.861	-
Passivos						
Financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	(717)	-	-	(1.346)
Debêntures	-	-	(796.224)	-	-	(861.513)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(24.731)	-	-	(25.985)
Fornecedores e Contas à Pagar partes relacionadas	-	-	(5.060)	-	-	(2.602)
Total	<u>67.673</u>	<u>47.384</u>	<u>(826.732)</u>	<u>16.755</u>	<u>43.537</u>	<u>(891.446)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Neste período não ocorreram mudanças nos métodos e premissas adotados na determinação do valor justo em relação aos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Debêntures mensurados ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

Notas Explicativas

	30/06/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	798.850	810.218	864.872	876.230

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 67.567 em 30 de junho de 2013 (R\$ 16.650 em 31 de dezembro de 2012).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	88.017	(5.626)	(7.021)	(8.413)
Debêntures	Aumento do CDI	Mai de 2017	710.833	(59.616)	(74.577)	(89.559)
Total do efeito de perda				(65.242)	(81.598)	(97.972)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
CDI ⁽²⁾				7,72%	9,65%	11,58%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

No item (2), estão detalhada as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se a taxa de 28/06/2013, divulgada pela CETIP.

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Notas Explicativas

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2), estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 28/06/2013, divulgada pela CETIP;
- (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

22. Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Responsabilidade Civil – R\$ 51.600;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção – R\$ 31.000;
- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos – R\$ 3.626;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 50.000;
- Perda de receita – R\$ 69.881.
- Veículos: cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 49.000 (R\$ 500 por veículo) e para danos morais; R\$ 9.800 (R\$ 100 por veículo).

Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 213.004, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

23. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Outorga fixa a pagar	245.019	271.271	218.682	239.292

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a,

Notas Explicativas

compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 30 de junho de 2013 estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2013	26.252	25.882
2014	52.504	49.907
2015	52.504	47.531
2016	52.504	45.267
2017	52.504	43.112
2018	8.751	6.983
Total	<u>245.019</u>	<u>218.682</u>

A Companhia não efetuou o pagamento ao Poder Concedente das parcelas referente ao direito da outorga fixa relativas ao período de janeiro à março de 2013 no montante de R\$ 6.289, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 20, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas. A partir de abril de 2013 o pagamento referente ao direito de outorga fixa voltou a ser efetuado e totalizou no período o montante de R\$ 5.732.

b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta mensal, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

O saldo de outorga variável a pagar em 30 de junho de 2013 era de R\$ 2.086 (R\$ 2.092 em 31 de dezembro de 2012).

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 12.594, referente ao direito de outorga variável (R\$ 11.932 em 30 de junho de 2012).

c. Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Em 30 de junho de 2013, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 502.578 (R\$ 520.663 em 31 de dezembro de 2012), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

Estes investimentos destinam-se a melhorias na infraestrutura para que possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para a Companhia.

Notas Explicativas

d. Obras a executar

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Não circulante		
Obrigações com o Poder Concedente	<u>6.619</u>	<u>6.862</u>

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias para a Companhia.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20, de 27 de janeiro de 2011, com o objetivo de recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas, o Poder Concedente autorizou à Companhia a utilização de 28 parcelas da outorga fixa, período compreendido entre dezembro de 2010 e março de 2013, e a utilização de duas parcelas da outorga variável, período compreendido entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

24. Plano de previdência privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas no período findo em 30 de junho de 2013 e 2012, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	101	145

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale	Presidente
Ítalo Roppa	Vice-Presidente
Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigues de Senna	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Negrão	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva

CRC 1SP129452/O-3

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.
Araçariguama - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – Via Oeste S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de agosto de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2013.

Araçariguama, 07 de agosto de 2013.

Maurício Soares Negrão
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Diretor da Companhia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2013.

Araçariçuama, 07 de agosto de 2013.

Maurício Soares Negrão
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Diretor da Companhia